

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v15i34.5702>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



EDITORIAL – DOSSIÊ FILOSOFIA NO BRASIL

Com enorme prazer recebemos o convite para organizar este dossiê de Filosofia do Brasil para a Revista *Pensando*. Felizmente, não se trata do primeiro nem será o último dossiê sobre o tema, dado o vigor que o tema adquiriu na última década, sobretudo. Este junta-se a outros volumes que se voltam para a situação, a condição e a temporalidade da Filosofia que se quer Brasileira. O fato de haver outros dossiês atesta, por um lado, que se trata de um tema candente para o momento e, por outro, mostra que não há um conceito estrito, canônico sobre o que significa esse modo de fazer filosófico entre nós. Tematizar a brasilidade da filosofia entre nós não é só produzir mais um *paper*, mas demarcar um espaço nas narrativas sobre a legitimidade do ensino de filosofia e das humanidades desde o ensino médio ao superior. Isso se faz tanto mais necessário quanto mais se questiona o papel social das humanidades. Porém, não basta reagir às vagas contestatórias, é preciso dar razões da legitimidade social e intelectual disso que fazemos ao ensinar filosofia.

Pensar a legitimidade da filosofia em um país tão desigual quanto o nosso não é tarefa fácil considerando a situação geopolítica em que nos encontramos. Aqui, 50,7% da população recebe menos de 2,9 mil reais mensais, o que mostra como mais da metade da população brasileira encontra-se na linha da pobreza ou da miséria compondo as classes D e E. A classe C agrega por 33,3% da população e a B, por 13,2% com rendas mensais, respectivamente, entre R\$ 2,9 a 7,1 mil e 7,1 a 22 mil reais. Apenas 2,8% (classe A) possui renda mensal domiciliar superior a 22 mil reais, segundo o IBGE. Outrossim, a *uberização* das formas de trabalho somada à obsolescência da mão-de-obra disponível faz do país um celeiro de indivíduos mergulhados na luta diária pela sobrevivência sem que haja grandes perspectivas de mudança efetiva. Quer a situação social quer a condição das formas de trabalho, somam-se a novas formas de temporalidade servil. A supressão da condição do ócio produtivo (*otium*) mergulhou-nos na preocupação com o negócio primário da vida (*negotium*): garantir o direito de viver sem enlouquecer na luta cotidiana. Os índices de adoecimento laboral mostram em que direção seguimos.

Ainda no curso da temporalidade acelerada, testemunhamos o pêndulo trágico das humanidades (ou ciências humanas) no ensino nacional. Proibidas pela ditadura em 1971, elas readquiriram cidadania como conteúdos optativos em 1986 e, em 2008, tornaram-se disciplinas obrigatórias no ensino médio, conforme o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), de autoria de Cesar Callegari. Em 2017, ele presidia a Comissão de Elaboração da BNCC e o resultado desta, todos sabemos: as ciências humanas foram de novo postas porta-a-fora (Revista *Educação*, nº 300 Entrevista *Por que tentam excluir filosofia e sociologia do currículo escolar?*). Isso mostra um pouco como o movimento pendular das humanidades (incluindo a filosofia) oscila sempre

entre a legitimação e a exclusão. Certamente, essa oscilação não é um acaso, mas justamente o projeto para que não haja um processo contínuo de consolidação do lugar educativo das ciências humanas nos currículos médio e superior.

Eis o contexto em que a Filosofia que se pretende Brasileira precisa ser analisada. Nessa análise, há que se distinguir o ensino da história da filosofia (em geral, centrada no comentário exegético dos clássicos) da pretensão de um pensar distintivista e original *per se* (onde se destaca a originalidade do pensamento nacional por seu “exotismo”). Afinal, deixaremos de ensinar a história da filosofia nos currículos básicos de graduação? Ou, abraçaremos uma forma de pensar radicalmente distinta como se fosse exclusividade brasileira e substituiremos tudo o que aprendemos até então? Nem um nem outro.

É nesse lugar *tenso* em que se luta pela legitimação do ensino de ciências humanas e em que se mostra o compromisso em pensar as desigualdades e violências presentes na sociedade brasileira, é aí que se situa o presente dossiê. Na primeira parte, estão situados alguns problemas que permanecem abertos na história do pensamento nacional, a saber, os dispositivos de controle da terra, dos corpos, do poder e da cultura tensionados desde a herança colonial brasileira (artigo de Lúcio Marques), seguidos de outros três artigos sobre a questão da escravidão no Brasil: o primeiro interroga os pressupostos jurídicos e filosóficos presentes na defesa da escravidão empreendida por Quirício Caxa (Alfredo Storck); o segundo, a questão da escravidão no curso da filosofia oitocentista (Paulo Margutti); e o terceiro, a dialética do senhor e escravo, considerada desde o Segundo Império à crítica histórica, política e literária da subalternização social de pret@s na sociedade brasileira (Vladimir Miguel Rodrigues).

Na segunda parte, as análises se voltam para as perspectivas individualizadas do pensamento brasileiro, considerando os prismas tão díspares quanto produtivos de três autores presentes no século XX. O percurso dos artigos reunidos nessa parte vai desde a defesa da antropofagia como marco teórico da filosofia entre nós à luz do pensamento de Oswald de Andrade (Alécio Donizete da Silva) à necessidade de compreender os pressupostos epistemológicos de Álvaro Vieira Pinto e sua teoria desenvolvimentista na segunda metade do século passado (Joel Decothé), além de pensar a base decolonial da antropologia filosófica de Paulo Freire (Ofélia Marcondes).

Na terceira parte põe-se em questão análises temáticas da filosofia brasileira, digo, a análise se volta no primeiro momento ao autoritarismo e à luta emancipatória feminina (Maria Lopes e Natália Fernandes), seguida da questão do método estruturalista no ensino superior brasileiro, à luz da herança franco-uspiana (Rodrigo Marcos de Jesus) e, por fim, a consideração da história da filosofia da libertação no Brasil (Daniel Pansarelli) com os pontos de intercessão com a filosofia contemporânea.

Assim, o que está em questão são as formas de legitimação da Filosofia Brasileira. Não se trata de disputar entre esta ou aquela forma de fazê-la, mas, bem mais que isso, o que está em questão é a política do ensino das ciências humanas e, conseqüentemente, da filosofia. Quando o pêndulo tende para o lado da inclusão das ciências humanas como parte obrigatória do ensino médio, o efeito se faz sentir no interesse de egressos na busca por licenciaturas. Diversamente, quanto o pêndulo tende para a exclusão, reconhece-se o esvaziamento das licenciaturas e o desmonte das políticas de formação docente e discente. O que está em questão é a geopolítica do ensino e do conhecimento no Brasil: a falta de profissionais formados nas áreas específicas das ciências humanas (história, geografia, sociologia, filosofia, antropologia, etc.), dá vazão

ao ensino médio feito por profissionais de outras áreas ou com o famigerado notório saber ou, pior ainda, abrindo espaço a pautas de ensino remoto e *homeschooling* sob o interesse de elites do *holding* educacional.

Pensar a Filosofia Brasileira é, nesse sentido, um ato de resistência em defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade, frente aos avanços da privatização do ensino, de sua cooptação por grupos do neopadroado regressivo e pelas plataformas pró-*homeschooling*. Legitimar a filosofia não é uma decisão teórica *a priori*, mas uma construção que depende tanto do aspecto interno à vida acadêmica (os jogos de poder e pautas em debate) quanto do aspecto externo (a geopolítica do conhecimento e suas formas de construção social). Pensar, portanto, é um ato de resistência. Pensar a Filosofia Brasileira é apresentar razões pelas quais as ciências humanas poderão ou não ter sobrevida na academia e na sociedade.

Lúcio Álvaro Marques (UFTM) & Rodrigo Marcos de Jesus (UFTM)
Editores